



TESTE SELETIVO – EDITAL N.º 177/2023-PRH
ADVOGADO

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- Verifique se este caderno contém 25 questões e assine-o no local apropriado.
- Confira os dados da folha de respostas e assine-a no local apropriado.
- A folha de respostas é o único documento hábil para a correção da prova objetiva e deverá ser preenchida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, conforme o exemplo:



- Na folha de respostas, não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso isso ocorra, a questão será anulada.
- Não haverá substituição da folha de respostas.
- A prova terá duração de 02 (duas) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar isso ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova **não** poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas no rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

Maringá, 17 de setembro de 2023.

..... Corte na linha pontilhada

UEM – Edital N.º 177/2023-PRH – Teste Seletivo para a função de Advogado

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Respostas																					
Questões	21	22	23	24	25																
Respostas																					

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 18/09/2023, às 17h.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a divulgação do resultado final.
- Divulgação do resultado da prova objetiva: 02/10/2023.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 01

Considerando o Regimento Geral da Universidade Estadual de Maringá, analise as alternativas abaixo, que versam sobre a administração universitária, e assinale a alternativa **correta**.

- A) A administração universitária superior tem como órgãos deliberativos o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Conselho de Administração e a Reitoria.
- B) A administração intermediária tem como órgão deliberativo o Conselho Interdepartamental e, como órgão executivo, o Conselho de Administração.
- C) Todos os órgãos de deliberação coletiva, sejam eles da administração superior, intermediária ou departamental, necessitam, para início das reuniões de um *quórum* mínimo com maioria absoluta dos seus membros.
- D) O Conselho Interdepartamental é o órgão deliberativo e consultivo no âmbito dos Departamentos e suas atribuições são fixadas no Estatuto da Universidade Estadual de Maringá.
- E) Os departamentos que contam com mais de 15 membros podem ter uma Câmara Departamental de caráter consultivo e sem competência deliberativa para as decisões do departamento.

Questão 02

Considerando a Lei Federal n.º 14.133/2021 e o Decreto do Estado do Paraná n.º 10.086/2022, que regulamenta a disciplina jurídica aplicável à contratação direta e a inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa **correta**.

- A) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado responderá pelo dano causado ao erário, restando para o agente público envolvido no processo de contratação responsabilidade subsidiária pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- B) A inexigibilidade de licitação, quando inviável à competição, poderá ocorrer para contratação de profissional do setor artístico, diretamente e sem intermediação por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) A inexigibilidade de licitação, quando inviável à competição, poderá ocorrer para contratação de serviços técnicos de profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que fique caracterizada a comprovação dos requisitos de especialidade e da singularidade do serviço, somados à notória especialidade do contratado.

- D) O rol de hipóteses de inexigibilidade de licitação previsto no art. 74 da Lei Federal n.º 14.113/2021 é taxativo, podendo a licitação ser dispensada apenas nos casos mencionados no dispositivo legal.
- E) Os órgãos da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná deverão adotar todas as condutas necessárias para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, devendo realizar o gerenciamento dos riscos das licitações e contratações, não podendo esse ser dispensado, mesmo nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade, ainda que justificadamente.

Questão 03

Quanto à disciplina jurídica por atos de improbidade administrativa estabelecida na Lei Federal n.º 8.429/92 e modificações da Lei Federal n.º 14.230/2021, considere as alternativas a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- A) A simples voluntariedade do agente, independentemente de sua vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado como atos de improbidade administrativa, já é suficiente para considerar a conduta deste dolosa.
- B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas pelo agente público, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- C) Não estão sujeitos às sanções os atos de improbidade administrativa praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- D) Não está sujeito à disciplina jurídica da Lei Federal n.º 8.429/92 (com as modificações da Lei Federal n.º 14.230/2021) o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente, pois esse não se trata de servidor público.
- E) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, com prejuízo de sua remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos atos de improbidade administrativa.

Questão 04

Quanto ao processo administrativo no âmbito da legislação específica do Estado do Paraná, assinale a alternativa **correta**.

- A) O processo administrativo não pode iniciar-se de ofício, mas, uma vez iniciado, o impulsionamento fase a fase é oficial.
- B) É legitimado como interessado para o processo administrativo aquele que, sem ter iniciado o processo, tem direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- C) A autoridade competente não está autorizada a admitir intervenção de terceiros em processo administrativo.
- D) É obrigatória a representação por advogado para defesa do interessado no processo administrativo.
- E) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, sendo vedados os casos de delegação e avocação do processo.

Questão 05

Quanto ao que a sindicância e o processo administrativo disciplinam no âmbito da legislação específica do Estado do Paraná, assinale a alternativa **correta**.

- A) A exoneração impede a instauração de processo administrativo disciplinar e eventual punição por infrações cometidas no exercício das atribuições do cargo originário.
- B) O baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator não se caracteriza como uma circunstância que atenua sua penalidade.
- C) É vedada a exoneração a pedido, bem como a concessão de aposentadoria voluntária, a servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar, e, se aplicada pena, somente após o seu cumprimento.
- D) A ação punitiva da Administração Pública prescreve em cinco anos para as faltas sujeitas à suspensão, demissão ou destituição de função ou de cargo em comissão.
- E) Amizade ou inimizade pessoal ou familiar, até o terceiro grau, mútua e recíproca com o advogado do indiciado não são circunstâncias configuradoras de suspeição para os membros da Comissão Processante em relação aos interessados.

Questão 06

Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- A) Quanto aos atos vinculados, visto que apresentam requisitos e condições para sua realização disciplinados em lei, não estão sujeitos ao controle do Poder Judiciário.
- B) É passível o controle jurisdicional do ato administrativo discricionário quando este revelar-se, em relação ao mérito, inconveniente e inoportuno.
- C) O controle jurisdicional dos atos discricionários cinge-se à pertinência dos preceitos legais e regramento que condicionam sua prática.
- D) A imperatividade do ato administrativo não decorre da simples existência do ato, estando à mercê do reconhecimento de sua validade.
- E) A autoexecutoriedade de certos atos administrativos viabiliza, mediante ordem judicial, sua imediata e direta execução pela própria Administração Pública.

Questão 07

Quanto ao Mandado de Segurança, assinale a alternativa **correta**.

- A) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, a impetração do mandado de segurança requer a formação de litisconsórcio necessário dos legitimados ativos.
- B) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- C) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito devolutivo.
- D) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá apelação com efeito suspensivo e devolutivo.
- E) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após a notificação do coator quanto ao conteúdo da petição inicial.

Questão 08

Quanto à autonomia universitária garantida pelo Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- A) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- B) As universidades públicas gozam de autonomia didático-científica, administrativa, com exceção da gestão financeira e patrimonial.
- C) É facultado às universidades públicas admitir professores e cientistas estrangeiros, mas não técnicos.
- D) A disciplina jurídica da autonomia universitária não se aplica às instituições de pesquisa científica e tecnológica.
- E) As universidades públicas gozam de autonomia didático-científica, mas não administrativa e gestão financeira e patrimonial.

Questão 09

Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa **correta**.

- A) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o legislador constituinte não disciplinou suficientemente os interesses relativos à matéria específica, o que inviabiliza a atuação por parte da competência discricionária do poder público para legislar sobre os termos e conceitos gerais nela manifestos.
- B) O regramento do art. 37, VII da Constituição Federal, que estabelece que o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, caracteriza as hipóteses de norma constitucional de eficácia limitada.
- C) Normas constitucionais programáticas são comandos/regras que explicitam valores, sendo, deste modo, de aplicação plena.
- D) Normas constitucionais de eficácia plena são capazes, desde sua entrada em vigor, de disciplinarem relações jurídicas, desde que amparadas por legislação complementar posterior.
- E) O art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa hipótese caracteriza-se uma norma constitucional de eficácia plena.

Questão 10

O instituto da Usucapião visa conformar a existência do direito fundamental de propriedade a noções de segurança jurídica, inerentes ao exercício da posse por terceiros não proprietários, desde que preenchidos os demais requisitos exigidos pela lei. Neste íterim, assinale a alternativa **correta**.

- A) Embora possa ser útil à comprovação do prazo de posse exigido pela norma, o justo título é elemento dispensável para a configuração da usucapião ordinária.
- B) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião, ressalvada situações tituladas de concessão para uso de bem público – hipótese para a qual se admitiria a aquisição da propriedade pública pelo possuidor privado, via usucapião.
- C) O reconhecimento da usucapião, por sentença ou escritura pública, não apresenta natureza constitutiva, mas, sim, declaratória do direito do usucapiante.
- D) O reconhecimento por sentença transitada em julgado, da usucapião extraordinária arguida como matéria de defesa em sede de ação reivindicatória, dispensa o interessado da propositura de ação específica (usucapião). Para promover o respectivo registro na matrícula, basta encaminhar uma cópia do julgado ao Cartório de Registro de Imóveis.
- E) Somente bens imóveis estão sujeitos à usucapião.

Questão 11

Para o Direito Civil, não pode ser identificado com um efeito da Posse para o possuidor de boa-fé:

- A) Acesso aos interditos.
- B) Direito aos frutos e indenização por benfeitorias.
- C) Aquisição da propriedade por usucapião, nas hipóteses asseguradas pelo ordenamento.
- D) Irresponsabilidade por perda ou deterioração da coisa a que não der causa.
- E) Legitimidade para propositura de ação reivindicatória.

Questão 12

“O que é achado não é roubado, quem perdeu é relaxado!”. O ditado popular em questão, na atual leitura feita pelo Direito Civil brasileiro, pode ser diretamente refutado com base no seguinte instituto jurídico:

- A) Descoberta (antiga “invenção”, na terminologia do CC/16).
- B) Usucapião.
- C) Interditos possessórios.
- D) Ação de força velha.
- E) Servidão.

Questão 13

No que se refere à personalidade e/ou à capacidade das pessoas naturais, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Pela teoria natalista, o nascimento com vida marca o início da personalidade civil da pessoa bem como sua capacidade para adquirir direitos.
- B) A personalidade termina com a morte e, com esta, automaticamente, são transmitidos aos herdeiros todos os direitos antes titulados pelo autor da herança, independentemente de inventário (etapa formal, dedicada à divisão dos bens entre os herdeiros e respectiva convalidação da propriedade em favor dos novos titulares).
- C) O tutor não possui poderes para emancipar seu tutelado, mesmo que este conte com dezesseis anos completos. Neste caso, a emancipação sem a participação dos pais pode ser requerida ao juiz de direito, através de processo judicial e concedida por sentença.
- D) Embora possa ser incluído ao nome, o apelido público e notório de uma pessoa não pode ser enquadrado dentre os direitos da personalidade.
- E) A capacidade civil plena se inicia aos dezoito anos e não se confunde com outras capacidades, regulamentadas pelo ordenamento pátrio, como, por exemplo, a eleitoral (16 anos) e a militar (17 anos).

Questão 14

Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Os prazos prescricionais não correm contra pessoas com idade inferior a dezesseis anos, apenas quando estas forem formalmente interditas, através de processo judicial específico.
- B) A vontade declarada por ocasião da celebração do negócio jurídico deve prevalecer, ainda que seu autor haja feito reserva mental em sentido contrário, sem o conhecimento da outra parte.
- C) A indeterminação absoluta do objeto ocasionará a invalidade do negócio jurídico.
- D) Na dúvida acerca das declarações de vontade prestadas, deverá se atender mais à intenção das partes contratantes no momento da celebração do negócio, do que o sentido literal da linguagem utilizada.
- E) É possível que as partes pactuem sobre objeto futuro, cuja existência, embora previsível, se dê em momento posterior ao da formalização do negócio.

Questão 15

Dentre os pontos positivos da CF/88, deve ser destacada a previsão de garantia acerca do meio ambiente ecologicamente equilibrado, enquanto bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Acerca de tal temática, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O direito em questão possui *status* de direito fundamental, em que pese não arrolado, especificamente, dentro do respectivo capítulo (Dos direitos e deveres individuais e coletivos).
- B) Para assegurar a higidez ambiental, o Poder Público pode exigir, na forma da lei, que as obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, sejam submetidas ao estudo prévio de impacto ambiental.
- C) Somente danos ambientais passíveis de confirmação científica (princípio da prevenção) podem justificar limitações a atividades econômicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que riscos ambientais abstratos (princípio da precaução) são incapazes de obstar a livre iniciativa e a ordem econômica.
- D) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, preservar as florestas, a fauna e a flora.
- E) O bem ambiental é de natureza intergeracional.

Questão 16

A CF/88 dedicou capítulo específico para tratar de aspectos estruturantes do Poder Judiciário, trazendo, notadamente, situações específicas de cabimento de Recurso Extraordinário (RE) a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Sobre essa temática, não pode ser considerada hipótese de cabimento de RE decisões que

- A) contrariarem dispositivo da Constituição.
- B) declararem a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- C) julgarem válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.
- D) julgarem válida lei local contestada em face de lei federal.
- E) julgarem válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

Questão 17

Sobre a temática da desapropriação de bens privados, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Na desapropriação de imóveis urbanos, a indenização, além de prévia e justa, deverá ser paga em dinheiro, ressalvada possibilidade de pagamento mediante títulos da dívida pública, para imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados.
- B) A desapropriação para fins de reforma agrária é ato que compete à União e se dará mediante indenização em títulos da dívida agrária; as benfeitorias úteis e necessárias, no entanto, serão indenizadas em dinheiro.
- C) A propriedade produtiva bem como a pequena e média propriedade rural são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.
- D) Os municípios possuem competência exclusiva para legislar sobre desapropriação de imóveis urbanos.
- E) É possível a desapropriação enquanto instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Questão 18

Acerca das ações diretas de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de inconstitucionalidade de norma ou ato normativo federal ou estadual, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Tratam-se de ações de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- B) São exemplos de ações almejando o controle difuso de constitucionalidade.
- C) É possível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, quando o Poder Público se abstenha de normatizar medida capaz de dar efetividade a dispositivo constitucional.
- D) A decisão que delibera pela inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, pode ter seus efeitos restringidos no tempo, por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.
- E) A ação direta de inconstitucionalidade pode tratar da análise da integralidade uma lei ou apenas parte dela.

Questão 19

No que se refere à competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmação **correta**.

- A) Terão competência para julgar demandas de divisão e demarcação de terras nas quais tenha interesse o Município, tendo sido atribuído à causa o valor acima de 60 salários mínimos.
- B) Terão competência para julgar demandas de divisão e demarcação de terras nas quais tenha interesse o Município, tendo sido atribuído à causa o valor de 60 salários mínimos.
- C) Terão competência para julgar demandas de divisão e demarcação de terras nas quais tenha interesse o Município, qualquer que seja o valor atribuído à causa.
- D) Não é da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública julgar demanda de divisão e demarcação de terras nas quais tenha interesse o Município.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 20

No que se refere à competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmação **correta**.

- A) Terão competência para julgar causas que versem sobre demissão imposta a servidores públicos.
- B) Terão competência para julgar causas que tenham por objeto a discussão de sanção disciplinar aplicada a militares.
- C) Terão competência para julgar causas que versem sobre demissão imposta a servidor, desde que a causa não ultrapasse o valor de até 60 salários mínimos.
- D) Não terão competência para julgar ações que tenham por objeto demissão imposta a servidor público.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 21

No que se refere às ações coletivas em defesa do Consumidor, tem legitimidade para ajuizá-las:

- A) qualquer grupo de mais de 10 cidadãos que sofram danos coletivos.
- B) somente o Ministério Público, visto que a legitimidade é exclusiva do órgão.
- C) somente a Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação coletiva em defesa do Consumidor.
- D) a Defensoria Pública é um dos órgãos legitimados para propor ações coletivas em defesa do Consumidor.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 22

No que se refere ao cumprimento de sentença de uma ação coletiva, assinale a afirmação **correta**.

- A) Só pode promover o cumprimento de sentença a entidade que figurou no polo ativo da demanda, em atendimento ao princípio da estabilidade da demanda.
- B) Não pode ser promovida pelo beneficiário que não figurou no polo passivo da demanda, não tendo participado da ação, não terá legitimidade para promover o cumprimento de eventual sentença de procedência.
- C) Só pode ser promovida pelo beneficiário, visto que a ação pode ser ajuizada de forma coletiva, mas o cumprimento deve sempre se dar de forma individual.
- D) Pode ser promovida tanto pelo beneficiário quanto pelo autor da demanda.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 23

Em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21, que “estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, assinale a alternativa **correta**.

- A) Leilão: modalidade de licitação para aquisição de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- B) Pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- C) Pregão: modalidade de licitação facultativa para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- D) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de grandes obras de engenharia em que a habilidade técnica do contratado precisa ser aferida, de modo a permitir que a administração pública realize diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**Questão 24**

No que se refere à proteção da criança e do adolescente, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmação **correta**.

- A) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, a fim de proteger a dignidade do menor ou adolescente.
- B) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.
- C) A falta ou a carência de recursos materiais deve ser ponderada pelo Juiz para a colocação do menor em família substituta, visando o melhor interesse da criança.
- D) O reconhecimento da paternidade pode ser feito após a morte do suposto pai, mas não antes do nascimento da criança.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 25

De conformidade no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmação **correta**.

- A) Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, em caráter cautelar, o afastamento do menor da moradia comum. Não se indica o afastamento do agressor, visto que o menor continuará em situação de vulnerabilidade.
- B) A concessão da remissão somente poderá se dar após o início do procedimento para apuração do ato infracional, visto ser necessária a coleta de provas para ver do cabimento da remissão.
- C) Iniciado o procedimento de apuração do ato infracional, a concessão de remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.
- D) A remissão implica, necessariamente, o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade do menor pelo ato infracional.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

EDITAL N° 177/2023-PRH

Função: Advogado

Valor da Questão: 4,00

G A B A R I T O

- 1) C 2) C 3) B 4) B 5) C 6) C 7) B 8) A 9) B 10) C
- 11) E 12) A 13) D 14) A 15) C 16) E 17) D 18) B 19) D 20) D
- 21) D 22) D 23) D 24) B 25) C